



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GRI: UM ESTUDO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

JOSÉ JULIO FERRAZ DE CAMPOS JUNIOR

Universidade de São Paulo
juliofcampos@gmail.com

JOSÉ ROBERTO KASSAI

Universidade de São Paulo
jrkassai@usp.br

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GRI: UM ESTUDO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

RESUMO

Ao longo destes últimos anos a preocupação e as exigências com as questões sócio-ambientais vêm aumentando por parte da sociedade, de modo que as empresas precisam repensar seu papel e a maneira como desempenham suas atividades. Na atualidade do mundo moderno é impossível imaginar nossas vidas sem eletricidade, dada a importância estratégica deste setor e por se tratar de um serviço público, ainda que sob concessão, é necessário que suas ações sejam as mais transparentes possíveis, visando sempre à continuidade do serviço e o bem-estar da população. Ciente desta condição a ANEEL, através da Resolução nº 444, de 2001, estabeleceu que todas as concessionárias elaborassem obrigatoriamente o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental. Neste contexto o objetivo do presente estudo foi conferir a evidenciação do relatório de sustentabilidades no modelo GRI das empresas do setor elétrico. Para tanto foi realizada uma pesquisa exploratória / descritiva, pois visa tornar o assunto mais claro e analisar as características dos relatórios, de abordagem quantitativa e análise documental, observando os dados divulgados em 2012.

Palavras - chave: Evidenciação, GRI, Setor Elétrico, ANEEL, BM&FBOVESPA.

GRI SUSTAINABILITY REPORT: A STUDY OF THE BRAZILIAN ELECTRIC SECTOR

ABSTRACT

Over the last few years the concern and demands with social and environmental issues have increased, so companies needed to rethink their role and how they perform their activities. Nowadays it is impossible to imagine our lives without electricity, given the strategic importance of this sector as a public service, being necessary that their actions are the most transparent possible, always aiming to continuity of service and the welfare of the population. Aware of this condition ANEEL, through Resolution No. 444 of 2001 established that all concessionaires must draw up the Annual Report for Environmental Responsibility. In this context, the objective of this study was to check the disclosure of sustainability report in GRI model of electric utilities. For this a exploratory and descriptive research was conducted, with a quantitative approach and document analysis, observing the data released in 2012, aiming to lighten the subject and analyze the characteristics of the reports.

Keywords: GRI, Electric Sector, ANEEL, BM&FBOVESPA

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da ciência e da tecnologia o mundo sofreu grandes transformações, passamos de trabalhadores do campo para trabalhadores industriais, do telégrafo à internet, dos bondes aos aviões. Estamos vivendo mais e consumindo mais, entretanto os benefícios deste desenvolvimento não foram estendidos a tudo e a todos, e diariamente lidamos com a destruição ambiental e a desigualdade social.

A crença de que os recursos naturais são inesgotáveis nos levou a usá-los irresponsavelmente, de modo que nossa produção despeja seus resíduos no céu, no mar, no solo sem nenhum tratamento, sem a preocupação de estar poluindo o ar, contaminando os rios, degradando o solo e colocando animais e florestas em extinção. Esta crença pode ser ilustrada pelo artigo de Milton Friedman “The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits” de 1970, no qual ele traz argumentos como “Falar em responsabilidade social por parte dos empreendedores é puro socialismo”.

Se quisermos preservar o futuro do planeta terra e a vida nele, precisamos rever a forma como pensamos, vivemos, produzimos e consumimos. A Carta da Terra (2013) fala que devemos viver com um sentido de responsabilidade universal: “Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos”.

Apesar de a responsabilidade socioambiental ser compartilhada entre governo, empresas e sociedade, as empresas como principais exploradoras dos recursos naturais e humanos assumem papel fundamental nesta questão. E por esse motivo tendem a ser o segmento mais negativamente avaliado pela população brasileira desde 1992, segundo pesquisa do Ministério do Meio Ambiente de 2012: O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. (referência)

A mesma pesquisa aponta que o “Meio Ambiente” já aparece como o 6º maior problema do Brasil, em 92 o problema nem era citado. A maioria dos entrevistados (82%) discorda de que se deva trocar meio ambiente por progresso. E praticamente 100% da população brasileira considera importante o “cuidado/proteção” do meio ambiente destacando a concepção de que este cuidado é necessário à nossa sobrevivência (65%).

A evolução da consciência socioambiental está modificando o papel da indústria e o modo como esta deve desenvolver suas atividades. A sociedade começa a exigir das empresas medidas mais enérgicas, que visem efetivamente à conservação dos recursos naturais renováveis ou não renováveis e a mitigação dos impactos ambientais negativos gerados por seus processos produtivos (Farias, 2012).

Sampaio et al. (2010) afirma que a crescente preocupação da sociedade nos últimos anos sobre estes assuntos tem impulsionado as empresas a divulgarem informações voluntárias de natureza socioambiental com o propósito de evidenciar suas responsabilidades com relação ao cenário onde desenvolvem suas atividades, buscando a aceitação dos stakeholders.

O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (ETHOS, 2013). Elaborá-los consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável (GRI, 2006).

Neste sentido, o relatório de sustentabilidade estabelecido pelo Global Reporting Initiative (GRI) é a maior referência mundial neste campo e suas diretrizes para os relatórios de sustentabilidade são amplamente utilizadas e referenciam importantes normas e convenções internacionais (Planeta Sustentável, 2012).

As divulgações sociais e ambientais, em grande parte, têm partido de iniciativas voluntárias (Machado, 2010), com algumas exceções, como no caso da agência reguladora ANEEL, a qual, por meio da resolução nº444 de 2001, estabeleceu a obrigatoriedade da divulgação, em vista do setor elétrico se tratar de um serviço público, prestado sob o regime de concessão, ter de atender prioritariamente ao interesse do mesmo, tendo, assim, a responsabilidade social ampliada (ANEEL, 2013).

A energia elétrica é fundamental para a realização das atividades humanas e seu bem-estar, assim como para o desenvolvimento socioeconômico de um país, uma vez que esta é fator infraestrutural imprescindível para o funcionamento das indústrias, além do que, grande parte dos produtos consumidos atualmente é eletroeletrônica.

Conforme o Balanço Energético Nacional(2012) 81,9% da oferta interna de energia elétrica no Brasil é gerada em usinas hidrelétricas. Segundo Inatomi e Udaeta(2005), apesar de conhecidas como “energia limpa”, as hidrelétricas não podem ser consideradas uma ótima solução ecológica. As inundações causadas pela construção das represas interferem no fluxo de rios, na fauna, flora, e ocupação humana. Além disso, provocam a liberação de metano, um dos gases responsáveis pelo efeito estufa e pela rarefação da camada de ozônio.

Dada a importância do setor elétrico, de seus impactos socioambientais, da crescente preocupação por parte dos stakeholders com estes impactos e da credibilidade do GRI, surge, então, o problema de pesquisa: conferir o conteúdo do relatório de sustentabilidades das empresas do setor elétrico, verificando o nível de evidenciamento dos indicadores das diretrizes do GRI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Assuntos relacionados à responsabilidade socioambiental vêm permeando as discussões sociais e políticas, no sentido de questionar se a postura adotada até o momento pela humanidade na utilização dos recursos naturais e humanos leva a continuidade desses recursos e a sua disponibilidade às gerações futuras (FARIAS, 2008).

Oliveira (2005) define que responsabilidade social ou socioambiental de Empresas (RSE) diz respeito à maneira como as empresas agem, impactam e se relacionam com o meio ambiente e suas partes legitimamente interessadas (stakeholders), o que envolve uma gestão empresarial mais transparente e ética e a inserção de preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados das empresas.

Abusos sociais, como exploração do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão, recentemente ligados a Zara, a MRV e a Foxconn, e desastres ambientais, como a explosão nuclear de Chernobyl (1986), o vazamento de petróleo no golfo do México pela British Petroleum (2010), além do lixo acumulado no Oceano Pacífico, têm evidenciado a fragilidade das relações empresariais com o ecossistema e a humanidade.

Embora em voga, o conceito de sustentabilidade ainda é pouco compreendido tanto por quem fala sobre ele quanto por quem o ouve, restringindo-o apenas às questões ambientais (GRAJEW, 2013).

Conforme o WWF (2013) a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é a da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de que este é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (CMMAD, 2001).

2.2 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

O GRI é uma Organização internacional sem fins lucrativos, fundada em 1997 pela CERES (Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis) e pelo UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (GRI, 2013). Teve sua primeira edição lançada em Junho de 2000. Um grupo de 31 Companhias investiram recursos consideráveis para os testes piloto de suas diretrizes, entre elas: Natura; BASF; General Motors; e outras grandes. Já em 2002, a GRI foi fundada como organização independente. O número de organizações signatárias cresceu de 200 para 2000, no período entre 2000 e início de 2002 (BROWN, 2009, p.4).

Hoje mais de 60 países seguem as diretrizes do GRI e seu modelo de relatório de sustentabilidade é atualmente o mais completo e mundialmente difundido (ETHOS, 2013).

Com a missão de tornar os relatórios de sustentabilidade uma prática padrão para todas as companhias e organizações, as diretrizes do GRI visam uma maior transparência e responsabilidade organizacional, sua estrutura fornece métricas e métodos para medir e relatar os impactos e desempenhos relacionados à sustentabilidade (GRI, 2013).

Para Nossa (2002) a iniciativa do GRI tem procurado, em um processo voluntário e consensual, homogeneizar regras de elaboração, reduzindo a confusão e maximizando o valor do relatório de sustentabilidade para seus diversos usuários.

2.2.1 INDICADORES GRI

As divulgações básicas que devem constar no relatório do GRI são agrupadas em: estratégia e perfil (EP) - informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho da organização, como sua estratégia, perfil e governança; abordagem de gestão - informações que indicam a forma como uma organização aborda um determinado conjunto de aspectos; e indicadores de desempenho - produzem informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.

Indicadores de Desempenho Econômico (EC): referem-se aos impactos da organização sobre as condições econômicas das suas partes interessadas, e sobre os sistemas econômicos a nível local, nacional e global.

Indicadores de Desempenho Ambiental (EM): referem-se aos impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água.

Indicadores de Sustentabilidade Social: refere-se aos impactos da organização nos sistemas sociais em que opera. E subdividem-se nas seguintes categorias: práticas laborais, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Condigno (LA): baseiam-se em normas reconhecidas internacionalmente, como, por exemplo, as expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Indicadores de Direitos Humanos (HR): abrange a não-discriminação, a liberdade de associação, o trabalho infantil, o trabalho forçado e escravo, e os direitos dos indígenas. Além de investimentos e práticas de seleção de fornecedores/empresas contratadas.

Indicadores de Sociedade (SO): referem-se aos impactos das organizações sobre as comunidades em que operam; na divulgação da forma como os riscos e interações com outras instituições sociais são geridos e mediados. Riscos associados ao suborno; corrupção; influência indevida na elaboração de políticas públicas; e nas práticas de monopólio.

Indicadores de Responsabilidade pelo Produto (PR): referem-se aos aspectos dos produtos e serviços da organização, os quais afetam diretamente os clientes: saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade.

Cada setor interage com a sociedade e o ambiente de uma forma única, resultando em impactos e cobranças específicos por parte dos stakeholders, nesse sentido o GRI desenvolveu os suplementos setoriais, que são as versões feitas sob medida para auxiliar as organizações

nesse aspecto. No caso do setor de energia são levantadas questões fundamentais como planejamento para garantir a oferta de eletricidade no longo e no curto prazo e perdas na transmissão e distribuição.

Ao finalizar o relatório a empresa deve declarar o nível de aplicação do GRI, se nível avançado A, intermediário B, ou iniciante C, um sinal de mais (+) pode ser acrescentado, caso a empresa utilize a verificação externa, estes níveis indicam o grau de cobertura da estrutura do GRI, conforme a Tabela 1:

Tabela 1:

	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15	Com verificação Externa	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.	Com verificação Externa	O mesmo exigido para o nível B	Com verificação Externa
Gestão	Não exigido		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	
Indicadores	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

Fonte: GRI, 2013

2.3 SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

No Brasil a iluminação elétrica foi inaugurada em 1879, tendo como fonte de energia um dínamo (Neoenergia, 2013). Mais de cem anos depois a energia elétrica está espalhada por todo o país e sendo produzida por diversas fontes de energia.

A obtenção de energia elétrica pode ser feita por meio de fontes renováveis, como biomassa, carvão vegetal, eólica, solar e hidráulica; e não renováveis, como derivados de petróleo, gás natural, carvão mineral e nuclear.

O setor elétrico brasileiro está segmentado em: geração, comercialização, transmissão e distribuição, sendo as duas últimas monopólios naturais e transmissão e geração os dois com maiores impactos ambientais.

Devido a grande quantidade de bacias hidrográficas o quadro energético brasileiro é pautado pela forte presença das hidrelétricas e pelo alto percentual de perdas de energia no sistema de transmissão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para cumprir os objetivos estabelecidos por este trabalho foi realizada uma análise documental nos relatórios de 2012, uma vez que a ANEEL estabelece que o relatório de

responsabilidade socioambiental deve ser encaminhado até 30 de abril do exercício subsequente.

A população desta pesquisa foi composta por 66 organizações listadas na BM&F BOVESPA na data de 26 de junho de 2013 (Tabela 2).

Tabela 2: Organizações Componentes da Amostra

521 PARTICIP	EBE	CELGPAR	PAUL F LUZ	EMAE	MPX ENERGIA
524 PARTICIP	BONAIRE PART	COELBA	CPFL PIRATIN	ENERSUL	NEOENERGIA
AES ELPA	CACHOEIRA	CEB	CPFL ENERGIA	ENERGISA	PROMAN
AES SUL	CEMIG DIST	CEMIG	CPFL GERACAO	EQUATORIAL	REDE ENERGIA
AES TIETE	CEMIG GT	CELPE	TRAN PAULIST	ESCELSA	REDENTOR
AFLUENTE	ELETOBRAS	COELCE	DESENVIX	FORPART	RENOVA
AFLUENTE T	CELESC	CEMAR	GER PARANAP	GTD PART	RIO GDE ENER
ALUPAR	CELPA	COSERN	ENERGIAS BR	INVESTCO	TERMOPE
AMPLA ENERG	CEMAT	CEEE-D	ELEKTRO	ITAPEBI	TRACTEBEL
AGCONCESSOES	CESP	CEEE-GT	ELETROPAR	LIGHT S/A	TAESA
BAESA	BRASILIANA	COPEL	ELETROPAULO	LIGHT	UPTICK

A fim de compor a amostra foi feita uma busca pelos relatórios de sustentabilidade no formato GRI nos sites das empresas e no site da BM&FBOVESPA.

As empresas foram, então, segregadas em cinco grupos: grupo de empresas que divulgaram o relatório de sustentabilidade no formato do GRI; grupo de empresas que divulgaram o relatório em outro formato; grupo de empresas que ainda não divulgaram o relatório de 2012; grupo de empresas que não divulgaram o relatório individualmente (foram consideradas nesse grupo as empresas que indicavam o relatório da controlada ou da controladora); e grupo de empresas que não divulgam o relatório (foram consideradas as empresas que não apresentavam nenhum relatório e nem faziam menção e a outra empresa) (Tabela 3).

Tabela 3: Segregação em grupos

GRI		OUTRO	NÃO TEM 2012	Não divulga individual		NÃO DIVULGA
AES ELPA	ELEKTRO	CEB	AGCONCESSOES	AFLUENTE	ITAPEBI	521 PARTICIP
AES SUL	ELETROBRAS	CELGPAR	AMPLA ENERG	AFLUENTE T	LIGHT S/A	524 PARTICIP
AES TIETE	ELETROPAULO	CELPA	COELCE	BRASILIANA	REDE ENERGIA	ALUPAR
BAESA	EMAE	CEMAR	COPEL	CEMIG D	REDENTOR	BONAIRE PART
CEEE-D	ENERGIAS BR	CEMAT	NEOENERGIA	CEMIG GT	RIO GDE ENER	CACHOEIRA
CEEE-GT	GER PARANAP	ENERGISA		CPFL ENERGIA		FORPART
CELESC	LIGHT	ENERSUL		CPFL GERACAO		GTD PART
CELPE	PAUL F LUZ	DESENVIX		CPFL PIRATIN		MPX ENERGIA
CEMIG	RENOVA	EQUATORIAL		EBE		PROMAN
CESP	TRACTEBEL	TAESA		ELETROPAR		TERMOPE
COELBA	TRAN PAULIST			ESCELSA		UPTICK
COSERN				INVESTCO		

Assim, a amostra foi formada pelas 23 empresas do grupo GRI, e seus relatórios de sustentabilidade de 2012 foram coletados no decorrer dos meses de agosto e setembro de 2013.

A etapa seguinte consistiu no tratamento dos dados, fez-se uma comparação da estrutura de relatório da GRI, analisando cada indicador dos relatórios das empresas selecionadas atendiam a esta estrutura, para isso utilizou-se como base o modelo de classificação proposto por Dias (2006).

Assim, os indicadores foram classificados em:

Tabela 4: Nível de evidênciação

Aderência Plena (A)	Quando todas as informações solicitadas pelo indicador foram evidenciadas pela empresa.
Aderência Parcial (P)	Quando apenas parte das informações solicitadas pelo indicador foram evidenciadas pela empresa.
Não aplicável (NA)	Quando a empresa não dispõe da informação de determinado indicador porque este não se relaciona com o setor ou a suas atividades.
Omitido (O)	Quando a empresa não divulga as informações solicitadas pelo indicador.
Omitido com justificativa (J)	Quando a empresa omite a informação referente a determinado indicador, porém emite alguma justificativa que embasa tal decisão.

Fonte: Adaptado de Dias (2006)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo iniciou-se com a verificação de quais empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA divulgaram o relatório de sustentabilidade no formato GRI no ano de 2012. Das 66 companhias listadas nesse segmento, foram consideradas 23 que divulgavam o relatório no modelo GRI, representando 35%.

Tabela 5: Classificação das empresas em grupos

GRI	35%	23
OUTRO	15%	10
NÃO TEM 2012	8%	5
Não divulga individual	26%	17
NÃO DIVULGA	17%	11
	100%	66

Embora a ANEEL estabeleça a obrigatoriedade e prazo para o relatório de sustentabilidade, 11 empresas (17%) não o apresentaram e cinco empresas (8%) ainda não o tinham divulgado, das 11 empresas que não apresentaram o relatório, apenas duas mencionaram que estavam estudando meios e pretendiam começar a fazê-lo a partir de 2014.

Considerando as empresas que divulgaram o relatório no modelo GRI, outro tipo de relatório e as que não o divulgaram individualmente, temos que 50 companhias, ou seja, 76% da população reportou algum tipo de relatório.

Em relação ao nível de aplicação do GRI, que evidencia quanto da estrutura foi atendida, a maior parte das empresas atendeu ao nível intermediário B, correspondente a 11 empresas ou 48% da amostra, o nível avançado A e iniciante C foram atendidos por seis empresascada um.

A respeito da fidedignidade do relatório elaborado, cabe às organizações elaboradoras que garantam a fiabilidade das informações. O GRI recomenda que as organizações busquem certificações para seus documentos divulgados, como auditoria interna, e, principalmente, a utilização de algum “processo externo de garantia de fiabilidade”. (GRI, 2013)

Apesar desta recomendação, apenas nove das 23 empresas, ou 39%, que corresponde aos níveis com o sinal de + no gráfico 2, submeteram seus relatório para verificação externa, sendo que nenhuma empresa do nível iniciante C, iniciante, realizou o processo.

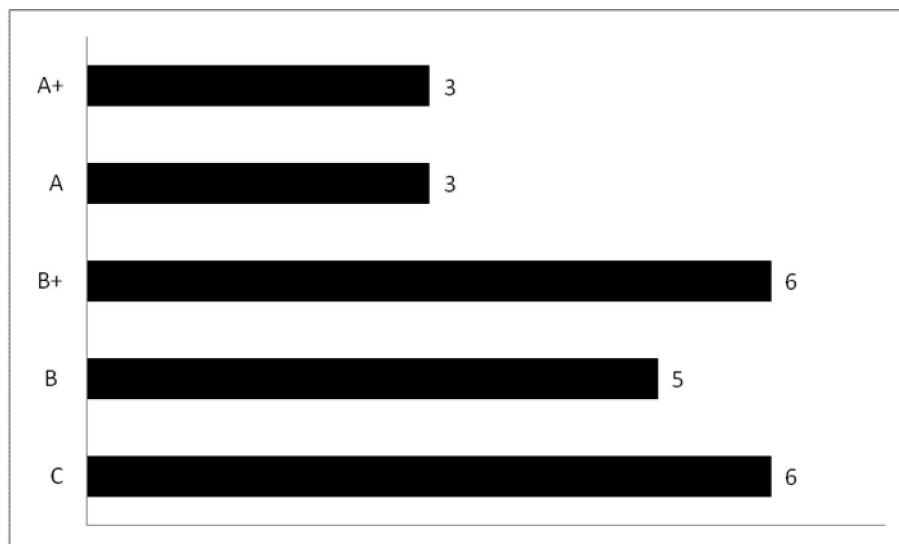


Gráfico 1: Nível de aplicação do GRI

Para a análise dos dados usou-se a classificação de evidenciação em Aderência Plena (A), Aderência Parcial (P), Omitido (O), Omitido com justificativa (J) e Não Aplicável (NA).

Os itens do GRI foram considerados em seus grupos e subgrupos, a classificação destes foi feita com base na média da classificação dos itens que os compõe, foi calculado o desvio padrão (DP) e o coeficiente de variação (CV) para auxiliar nas análises.

O primeiro grupo analisado foi o de indicadores de Perfil e Estratégia, 42 indicadores (1.1 - 1.2, 2.1 - 2.10, 3.1 - 3.13 e 4.1 – 4.17), que abordam a estratégia da empresa em relação à sustentabilidade, o perfil organizacional, o perfil do relatório e questões de governança corporativa.

Tabela 6: Indicadores de Perfil e Estratégia

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	22,0	95%	0,3	1%	0,7	3%	0,0	0%	0,0	0%
DP	1,6		0,7		1,1		0,0		0,0	
CV	7%		195%		159%		0%		0%	

Em média, 22 empresas, dentre as 23 analisadas, responderam com Aderência Plena (A) a cada indicador individual de Perfil e Estratégia (1.1 - 1.2, 2.1 - 2.10, 3.1 - 3.13 e 4.1 – 4.17).

Conforme evidenciado na Tabela 6, 95% das empresas responderam com aderência plena (A). Sendo que as evidenciações: parcial (P) e omitido (O) tiveram resultados inexpressivos. O que nos faz concluir que para Perfil e Estratégia as evidenciações não destoam em função dos Níveis aplicados pelas empresas (A+, A, B+, B, C+, C).

O segundo grupo analisado foi o de indicadores de Desempenho Econômico (EC1 a EC9).

Tabela 7: Indicadores de Desempenho Econômico

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	16,4	71%	1,9	9%	4,7	20%	0,0	0%	0,0	0%
DP	3,1		1,6		3,3		0,0		0,0	
CV	19%		86%		71%		0%		0%	

Conforme evidenciado na Tabela 7, aproximadamente 71% das empresas responderam aos indicadores de desempenho econômico de forma aderência plena (A); 9% responderam parcialmente (P) com coeficiente de variação de 86%; e 20% omitiram (O) com coeficiente de variação de 71%, o que demonstra, mais significativamente, que há uma grande variação entre os itens que foram omitidos. Ou seja, alguns foram mais omitidos do que outros.

O terceiro grupo analisado foi o de indicadores de Desempenho Ambiental (EN), composto por trinta itens (EN1 a EN30).

Tabela 8: Indicadores de Desempenho Econômico

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	16,4	71%	1,9	9%	4,7	20%	0,0	0%	0,0	0%
DP	3,1		1,6		3,3		0,0		0,0	
CV	19%		86%		71%		0%		0%	

Conforme evidenciado na Tabela 8, aproximadamente 64% das empresas responderam aos itens de indicadores de desempenho ambiental de forma aderência plena (A), aproximadamente 28% das empresas omitiram (O) a informação.

O quarto grupo analisado foi o de indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Condigno (LA), composto por quatorze itens (LA1 a LA14).

Tabela 9: Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Condigno

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	19,4	84%	1,6	7%	1,9	8%	0,1	0%	0,0	0%
DP	2,3		1,8		1,6		0,3		0,0	
CV	12%		116%		83%		0%		0%	

Conforme evidenciado na Tabela 9, aproximadamente 84% das empresas responderam aos itens de indicadores de práticas trabalhistas e trabalho condigno com aderência plena (A); aproximadamente, 8% das empresas omitiram (O) informação, aproximadamente 7% responderam de forma parcial.

O quinto grupo analisado foi o de indicadores de Direitos Humanos (HR1 a HR9).

Tabela 10: Indicadores de Direitos Humanos

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	17,2	75%	0,8	3%	4,6	19%	0,3	1%	0,1	1%
DP	7,9		0,1		0,4		0,0		2,0	
CV	46%		13%		9%		0%		0%	

Conforme evidenciado na Tabela 10, aproximadamente 75% das empresas responderam aos itens de indicadores de direitos humanos de forma aderência plena (A), aproximadamente 19% das empresas omitiram (O) a informação e 3% a responderam de forma parcial (P).

O sexto grupo analisado foi o de indicadores de Responsabilidade pelo Produto (PR1 a PR9).

Tabela 11: Indicadores de Responsabilidade pelo Produto

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	12,9	56%	0,7	3%	8,1	35%	1,3	6%	0,0	0%
DP	3,6		1,3		2,6		1,1		0,0	
CV	28%		198%		32%		0%		0%	

Conforme evidenciado na Tabela 11, aproximadamente 56% das empresas responderam aos itens de indicadores de Responsabilidade pelo Produto de forma aderência plena (A), enquanto que o percentual de respostas omitidas foi de 35%.

O sétimo grupo analisado foi o de Indicadores de Sociedade (SO1 a SO8).

Tabela 12: Indicadores de Sociedade

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	16,9	73%	0,8	3%	5,4	23%	0,0	0%	0,0	0%
DP	1,7		1,4		2,3		0,0		0,0	
CV	10%		185%		43%		0%		0%	

Conforme evidenciado na Tabela 12, aproximadamente 73% das empresas responderam aos itens de indicadores de Sociedade de forma aderência plena (A), os itens omitidos corresponderam a 23%.

O oitavo e último grupo analisado foi o de indicadores do Setor Elétrico (EU1 a EU30).

Tabela 13: Indicadores do setor de Energia Elétrica

	A	%	P	%	O	%	NA	%	J	J
Média	14,5	63%	0,6	3%	5,6	24%	2,3	10%	0,0	1%
DP	4,3		0,7		3,4		2,5		0,2	
CV	29%		113%		62%		0%		0%	

Conforme evidenciado na

Tabela 13, aproximadamente 63% das empresas responderam aos itens de indicadores do setor de Energia Elétrica de forma aderência plena (A), enquanto que as respostas omitidas corresponderam a 24%.

5 CONCLUSÕES

Por meio da aplicação desta pesquisa, constatou-se que dentre as 66 empresas listadas no segmento de energia elétrica da BM&FBOVESPA, 76% (50 empresas) divulgou algum relatório, e que 35% das empresas de fato utilizaram o modelo do GRI.

Observou-se que, dentre as empresas que utilizam o modelo do GRI, 48% atenderam ao nível intermediário B, que indica quanto da estrutura do relatório foi aplicada. Apesar de recomendada para garantir a fidedignidade do relatório, a verificação externa só foi utilizada por 39% das empresas.

A análise dos resultados permitiu evidenciar que os indicadores de Perfil e Estratégia são respondidos de forma completa pelas empresas, sem destoarem entre os níveis de evidencição, pois ao abordar informações básicas das companhias são de mais fácil acesso.

Enquanto que os indicadores de Responsabilidade pelo Produto é o que mais as empresas encontram dificuldade em reportar, provavelmente por ser o indicador que mais permite disclosures negativos, uma vez que aborda questões de não conformidades no ciclo de produção, na rotulagem, satisfação dos clientes e multas.

De maneira geral, as empresas optam simplesmente por omitir os indicadores, sem se preocupar em explicar ou justificaresta omissão, deixando de contribuir com a transparência das informações.

Por fim, a regulação da ANEEL estimula as empresas do setor elétrico brasileiro a divulgarem seus relatórios de sustentabilidade, contribuindo na prestação de contas para a sociedade.

6 BIBLIOGRAFIA

ANEEL. *Informações Técnicas: Responsabilidade Social*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=160>>. Acessado em: 15-07-2013.

ANEEL. *RESOLUÇÃO N°444*: De 26 de Outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2001444.pdf>>. Acessado em: 15-07-2013.

BRUNDTLAND, G.H. *Nosso Futuro Comum*. 2ª Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1991.

BITARELLO, M. Ernst Ligteringen: *A importância dos relatórios de sustentabilidade e sua presença na Rio+20*. Disponível em <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/ernst-ligteringen-importancia-relatorios-sustentabilidade-sua-presenca-rio-20-691914.shtml>>. Acessado em: 20-09-2013.

BROWN, H.S., DE JONG, M. e LESSIDRENSKA, T.. 2007. *The rise of global reporting initiative as a case of institutional entrepreneurship*. Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper No. 36. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University.

CP2 Pesquisas. *O que os brasileiros pensam sobre o desenvolvimento sustentável 2012: Principais Resultados*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/noticias_arquivos/pdf/sumario%20executivo_pesquisabrasileiro_principais%20resultados_2012.pdf>. Acessado em: 2013-05-15.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. *Análise da Utilização do Global Reporting Initiative (GRI) nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

EARTH CHARTER COMMISSION. *Carta da Terra*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acessado em: 25-07-2013.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Balanço Energético Nacional: Relatório Final*. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2012.pdf>. Acessado em: 15-07-2013.

ETHOS. *O Relatório de Sustentabilidade GRI 3.1*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/relatorio-de-sustentabilidade-gri-3-1/#.UoAXQPmkqCw>>. Acessado em: 25-07-2013.

FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. *A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-28042008-165300/>>. Acesso em: 2013-05-15.

FRIEDMAN, M. *The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits*. The New York Times Magazine. Set 13, 1970. Disponível em: <<http://graphics8.nytimes.com/packages/pdf/business/miltonfriedman1970.pdf>>. Acessado em: 2013-05-15.

G1. *Um novo olhar para sustentabilidade: Brasil já o terceiro país com maior publicação de relatórios de sustentabilidade*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especial-patrocinado/olhar-sustentavel/noticia/2013/07/um-novo-olhar-para-sustentabilidade.html>>. Visualizado em: 17-07-2013.

GRAJEW, Oded. *O que é (e o que não é) sustentabilidade?*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/05/1274399-oded-grajewo-o-que-e-o-que-nao-e-sustentabilidade.shtml>>. Acessado em: 17-06-2013.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade*. 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 01-05-2013.

INATOMI, T. A. H. ; MOTEZUKI, F. K.; LEITE, B. C. C.; CHENG, L.Y. *Estudo de uma Estratégia para Controle Fuzzy de Ambientes Condicionados com o Sistema UFAD*. In: ENCAC 2007 - IX Encontro Nacional e V Latino Americano de Conforto no Ambiente Construído, 2007, Ouro Preto. Anais do IX Encontro Nacional e V Latino Americano de Conforto no Ambiente Construído ENCAC - 8-10 Agosto 2007.

MACHADO, Márcia Reis. *As informações sociais e ambientais evidenciadas nos relatórios anuais das empresas: a percepção dos usuários*. 2010. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29032011-184718/>>. Acesso em: 2013-05-24.

NEOENERGIA. *História do Setor*. Disponível em: <<http://www.neoenergia.com/Pages/O%20Setor%20EI%C3%A9trico/HistoriaDoSetor.aspx>>. Acessado em: 15-07-2013.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/>>. Acesso em: 2013-05-16.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. *Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores*. RAE electron., Jun 2005, vol.4, no.1, p.0-0. ISSN 1676-5648

ONU. *Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>>. Acessado em: 17-07-2013.

SAMPAIO, M. S. ; GOMES, Sônia Maria da Silva ; BRUNI, A. L. ; DIAS FILHO, J. M. ; LIMA FILHO, R. N. . *Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras*. In: XVII Congresso Brasileiro de Custos, 2010, Belo Horizonte. XVII Congresso Brasileiro de Custos: sustentabilidade além da mensuração de custos, 2010. v. I.

WWF. *O que é desenvolvimento sustentável?*. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acessado em: 15-07-2013.